

Memórias de si, ou...

Renato Janine Ribeiro

Proporei aqui distinguir duas pulsões, ambas consistindo em guardar documentos, e estes das mais variadas naturezas e sentidos: podem consistir numa coleção de selos, ou de roupas, ou simplesmente numa memória. Mas o que pretendo contrastar é o que chamarei uma *coleção de si*, aquela que visa a guardar a melhor recordação de si próprio, geralmente graças à mediação socialmente aceita de objetos que ou já se valorizam, ou que um dia irão adquirir maior estima; e, por outro lado, *coleções* aparentemente menos egoístas, marcadas mais pelo gesto mesmo e puro do entesouramento que pelo papel que este possa exercer na perpetuação de uma identidade gloriosa. Começemos pela coleção de si, pelo meio mais direto de preservar-se.

O desejo de perpetuar-se, mas, mais que isso, o de constituir a própria identidade pelos tempos adiante, responde ao anseio de forjar uma glória. Lembre-se Aquiles: já os gregos pensavam na opção entre uma vida longa e pouco notável ou uma vida breve, porém seguida de glória imorredoura.¹ O que os arquivos pessoais podem atestar, o que o desejo de guardar os próprios documentos pode indicar, será esse anseio de ser, *a posteriori*, reconhecido por uma identidade digna de nota. Talvez o exemplo mais curioso, a este respeito, esteja na ensandecida idéia de Richard Nixon que foi gravar *todas* as suas conversas em

palácio, usando o que na época era novidade absoluta, ou seja, um gravador acionado a cada vez que a voz humana se emitisse. Sabemos dos resultados, inesperados pelo autor, dessa iniciativa: as gravações constituíram importante prova em Watergate – mas, talvez pior que isso, indicaram um presidente que, na forma, abusava dos palavrões, que, no conteúdo, mostrava-se singularmente desprovido de escrúpulos. Ora, se a direita e os republicanos, nos Estados Unidos, se caracterizam sobretudo pelo apelo aos valores morais, assim Nixon desmoralizava a si e aos seus tanto na letra quanto no espírito.

O relevante nesse episódio é como, opondo-se ele aos interesses do próprio indivíduo que manda gravar, revela assim um desejo mais forte do que a própria razão. Porque Nixon poderia, se decidia gravar a si próprio, policiar suas falas, a fim de guardar para a posteridade sua melhor imagem; ou mandar desligar o gravador quando fosse se revelar em sua essência sórdida, a de *Tricky Dick*, ou Ricardo Safado; ou, ainda, omitir o fato das gravações, ou finalmente mandar desgravar tudo. Se as coisas chegaram ao ponto que se sabe, foi porque o anseio de guardar cada instante era tão forte que deu cabo das pequenas precauções racionais que acabo de expor.

Há outro aspecto, porém. Não estamos falando de alguém que precisasse do entesouramento de suas memórias, de seus registros, para se tornar conhecido, mas de um presidente dos Estados Unidos que, se não fosse de todo inepto, inevitavelmente teria seu lugar reservado na História – e que de fato o teve, não só pelos seus truques baixos, mas por ter encerrado a guerra no Vietnã e reconhecido a China. Com ou sem esses documentos, Nixon tinha certeza de ficar na memória humana. Por que, então, essa minúcia? Por que a vontade de guardar cada instante, cada fala, com o risco de sobrecarregar a informação a ser analisada? Por que essa vontade de falar, como poderíamos dizer, meio que parodiando Foucault? ou melhor, essa vontade de converter a fala em registro, de impedir que o evanescente siga o seu curso, fazendo, ao invés, que ele se torne registro, escrita, permanência? E isso ainda mais quando estavam sendo discutidas estratégias, por vezes, desonestas, material o mais sigiloso possível?

A única explicação que me ocorre para esse desejo quase contraproducente – e que foi decisivo para destituir Nixon da presidência e assim iniciar um longuíssimo inferno astral, de que ele somente se livrou passados dez ou quinze anos e adquirida uma tardia reputação de estadista – está num deslocamento da idéia de *glória*. Esta, antes, residia em certos momentos de fulgor, que terminavam por conservar, grandiosa, uma vida. Pensemos em Jefferson: a Declaração de Independência, uma presidência exemplar, ou ainda, como ele fez questão de priorizar no epitáfio que escolheu para si próprio, a fundação da Universidade da Virgínia. Ou em Lincoln: a abolição da escravatura, a conservação da União, a consolidação dos Estados Unidos. Lembremos, ainda, os

monumentos a ambos em Washington, entre os primeiros a ocupar o Mall. E notemos que por ali hoje se multiplicam os monumentos, e que *todos* os mortos americanos na guerra do Vietnã têm o nome em placas de pedra evocativas, e que agora haverá memoriais para as veteranas das guerras do país, para os negros, para todos os que tiverem poder político para conquistar uma identidade significativa. Ou seja, a memória deixou de significar a unidade nacional, para designar, agora, um fracionamento, o reconhecimento de identidades parciais e essencialmente antiunificáveis. Mas, além disso, ela deixou de residir no gesto exemplar, econômico, do herói, para figurar numa multiplicidade de pequenos atos e gestos, quase anônimos.

O entesouramento assim contrasta com a figura daquele, como Aquiles, que busca a glória mediante uma recordação humana da pessoa sobre-humana, aquela de quem os gestos revelam um ser enorme. Agora, a questão está na memória do fragmentado. O sonho de todo presidente americano torna-se ter os seus arquivos, o seu centro de pesquisa, a sua biblioteca, onde será estudado ao longo dos tempos. É, aliás, o que fez aqui o presidente Sarney, e mais recentemente o presidente Fernando Henrique. Enorme massa de documentação será preservada. Não há dúvida de que o CPDOC gostará disso, mas o que cabe discutir é o significado dessa memória gerada deliberadamente, a frio – não como o sonho de Aquiles, preferindo a morte gloriosa à vida insípida, mas a vontade de fazer, de uma somatória de gestos insípidos, uma glória. Nem discutirei a mudança na idéia de história que levou, pouco antes de nosso tempo, a desqualificar a história dos grandes homens, em favor de uma história dos *Annales*, que confere peso às mentalidades, à demografia, às curvas de preços – de que os dois últimos termos constituem, talvez, a epítome da sensaboria... Não discutirei, porque concordo com essa mudança, mas aqui o relevante é discutir-lhe o sentido. É como se em nosso tempo se desejasse conseguir o melhor de dois mundos, a vida insípida e a glória. Mas a pergunta que cabe é: será possível essa conciliação? Não é essencial, à glória, um certo desastre? Seria Lincoln quem foi, sem a morte no teatro? Seria Aquiles quem foi, sem a morte moço? Pode-se, da insipidez, passar, apenas multiplicando-a, à memória grande? Ou essa passagem será um rito de passagem, uma ruptura, uma negação? Algum presidente se tornará memorável porque deixou arquivos bem organizados?

Tomo um exemplo: sei que há algum tempo a reitoria da USP tinha fotógrafos cobrindo todas as atividades do principal dirigente da Universidade, exceto, claro, as de rotina, isto é, aquelas em que recebe o pessoal interno. Cada visitante ilustre, cada evento diferente do que é administrar internamente a Universidade era – ou é – gravado em imagem. Ora, está óbvio que essas imagens não têm maior relevância. Algumas seriam reproduzidas no jornal da Universidade, mas isso só pode ter efeito negativo, fazendo-o passar por órgão chapa

branca e reduzindo-lhe a credibilidade. Outras ficarão arquivadas, até o dia em que alguém decida estudá-las e a seu respeito escrever, talvez, uma tese. O que será essa tese, eis o curioso. Porque poderá ser uma tese sobre a vaidade dos reitores, ou a vanidade de seus atos: em suma, se a tese for boa, se for de ponta, será crítica em relação a uma tal memória do insípido. Ou, então, será um trabalho de evocação da intensa atividade de representação dos reitores: nesse caso, e somente nele, ela estará atendendo ao que possivelmente quiseram os dirigentes fotografados, mas o resultado será, acredito, um trabalho medíocre. É esse o paradoxo da glória alcançada pela hiperbolização do insípido.

Esta assim proporciona uma espécie de banalização, de aburguesamento, de prosaicização daquele ímpeto que outrora era distintivo dos *grandes*, daqueles que por sua honra superior asseguravam o futuro. É como se a preservação de si exigisse, outrora, uma honra que já se produzia no presente, e depois, intensificando o presente, construía o futuro, o factício por excelência, como um *nunc-stans*,² como um presente que perdura porque ilimitadamente reiterado.

Podemos prosseguir. Falava, até agora, do entesouramento de si por aquele que já é famoso, e do paradoxo que consiste em ele intensificar a guarda de documentos que, na verdade, não contribuem para o seu gesto decisivo, mas para o miúdo detalhe, que pode até ser-lhe nocivo. Jefferson ou Washington não precisavam de documentos para erigir suas vidas em monumentos: uma fama, como é da natureza da própria fama, *externa, pública*, bastava-lhes. O monumento que a um deles se fizesse confirmava uma celebridade prévia, não a instituía – como é o caso dos que hoje se erigem aos heróis menores, no Mall de Washington. Em nossos dias, porém, até o famoso acredita necessitar de um *suplemento* de memória, que residiria na conservação dos documentos.

Contudo, há o caso das *memórias de pessoas não famosas*. O que é a coleção de si, quando se trata de uma personagem efetivamente histórica – no sentido da história como os *memorabilia*, o que merece ser recordado e por conta disso o é – entendemos facilmente. Mas, o que é colecionar a si quando não se é famoso? Aqui entram duas questões. Podemos ter memórias de si, em que a pessoa mesma se relata, embora não sendo famosa. Algumas dessas memórias acabam publicadas e adquirindo destaque, geralmente por sua qualidade literária ou por captarem admiravelmente bem o espírito de uma época passada. Contrastam-se assim, no interior da atividade *memorialística* aquela que seria efetuada pelos já famosos, com o fim, mesmo que não exclusivo, de ampliar sua fama, e a promovida por autores desconhecidos, com outros sentidos e alcance. No primeiro caso a qualidade da memória se mede pelo valor-depoimento de fatos históricos

reconhecidos como tais desde o início (assim, o depoimento de Cordeiro de Farias sobre a Revolução de 30 pode ser, desde que ela ocorreu, sabidamente histórico); no segundo, seu valor histórico depende de outro sentido de história, não a grandeza, não o fato político, mas o testemunho que oferece da sociedade – e aí o valor dos homens pequenos se revela, mercê em boa medida do inesperado. Assim, embora o corpo congelado de um andarilho perdido há milhares de anos nos Alpes não remeta a nenhuma atividade memorialística, pode ser exemplar dessa súbita valorização daquilo que em seu tempo não tinha grandeza. Uma nova idéia de história, que rompeu com a antiga, aquela que de pronto ativava os dispositivos de glória e fama, confere inédita importância a esse tipo de documento.

Jorge Luis Borges expressou bem esta questão ao tratar da febre – que ele diz moderna, mas me parece anterior à própria modernidade – de quem proclama o caráter *histórico* de certos grandes eventos, no momento mesmo em que se dão: Goethe, na batalha de Valmy, dizendo que, “neste lugar e no dia de hoje, abre-se uma época da história do mundo, e podemos afirmar que assistimos a seu início”.³ Borges critica o que ele chama de fabricação ou simulação de jornadas históricas, promovida por um lado pelo nazismo e o comunismo, por outro pelo jornalismo e pelo espírito de Cecil B. de Mille. E contrasta essa historicidade imediata com outra, mais forte, porém mais discreta – a de uma humanidade mais forte que os clãs, a de uma ética superior, em sua qualidade, profundidade e permanência, à espuma indecente da política, que no fundo não é muito mais que ganância, ou ainda, poderíamos dizer, uma ética superior à política assim como o dever sobrepuja a concupiscência. O interessante neste seu artigo está em entender ele a história pelo registro da fama anelada, a que eu acrescentaria, apenas, a ressalva de que esta data, já e sobretudo, do Antigo Regime: é na modernidade que surgirá outra idéia do histórico, como o não-permanente, o transitório, o feito pelos homens. Na verdade, a crítica de Borges é menos pertinente à modernidade que a algo que, se nela permanece, já vinha de antes: a identificação da história com o grandioso e com o poder de Estado, a crença de que a jornada histórica se percebe de pronto ou de antemão. E por isso mesmo cabe, aqui, anotar que às memórias e à documentação guardadas já com o fito histórico, aos atos promovidos já num registro histórico de primeiro sentido – o da solenidade, da tomada do poder –, pode-se opor e destacar uma historicidade não desejada enquanto tal, que, como dizia Picasso da beleza (“não se procura, encontra-se”), ocorre *a posteriori*, mas não se assegura previamente, e que por isso mesmo cobre outros planos além da história política, em especial os das relações entre os seres humanos, sejam estas de afeto ou, mesmo, de poder, mas um poder que não se resume nas formas do Estado. Daí que estejamos ainda no campo das memórias, do que chamei coleção de si, mas tratando agora daquelas

que somente adquirem seu relevo *ex post facto*, porque pertencem a homens pequenos.

Mas há também a atividade de colecionar, não a si, mas a objetos. Em que medida estes constituem, também, arquivos pessoais? Se o arquivo consistir basicamente em textos, e em uma organização de textos dotada, já por seu organizador, de sentido, o contraste entre uma atividade e outra será agudo. Mas – retomando o que dizíamos –, quando lemos os documentos que alguém deixou ordenados e intencionados de certa forma, o próprio da história não será justamente ordená-los de *outro* modo, em nossa recepção dos mesmos, pensando-os não pela intenção do organizador, mas por outras que surgem? Isso é essencial, tanto porque a consciência (no caso, a do organizador) é uma fímbria apenas de nosso ser, quanto porque é essencial à história mudar seus interesses, seu enfoque. Por conseguinte, a limitação do tema aos “arquivos pessoais” não implica um recorte radical entre memórias e anexos deixados, por um lado, e por outro coleções de objetos. A distinção entre o texto e o objeto material, entre a intencionalidade maior e a menor, assim se reduz – mesmo que não se apague –, já que o texto e a intenção perdem a primazia que uma filosofia da consciência lhes conferiu, filosofia esta que é seriamente contestada desde que vemos a história como outra coisa que não a realização hegeliana da razão.

Tratemos, rapidamente, dessas coleções. Há poucos anos, soube de uma coleção notável, que seu proprietário desejava alienar em favor de um museu paulista: simplesmente, ao longo das décadas, ele guardara inúmeros pequenos objetos da vida cotidiana. Aquilo que muitos de nós fizemos com selos ou moedas, e hoje se estende aos cartões telefônicos, em suma, com material de comunicação, ele estendera a caixas de fósforo, a canetas, a tudo o que possamos imaginar, até, de menos grande e mais cotidiano. É próprio de nossa experiência cotidiana ela ser, a um tempo, extraordinariamente presente e evanescente. Assim, quando somos deslocados dela, por exemplo, numa viagem, *sentimos* as diferenças, mas raramente sabemos dar-lhes nome – e é só quando regressamos que notamos a falta que nos fez tal cheiro, tal tipo de placa de rua, tal tampa de garrafa, mas que, insisto, não saberíamos listar se fôssemos interrogados. Daí, aliás, a dificuldade em reconstituir um ambiente de época, que aposta nesses mínimos detalhes, mas expressa sempre, entre a realização e o objeto, enorme *déficit*. No entanto, esse empreendimento produz em nós, leitores ou, sobretudo, espectadores, enorme satisfação. Assinalaria dois pontos essenciais pelos quais isso ocorre: o primeiro é que a satisfação se dá por uma intensa surpresa. Somos surpreendidos pela memória de algo que esquecêramos. É uma memória de tipo especial, porque não

se trata do *nunc-stans*, do presente intensificado, mas de uma memória recuperada, que nos volta à mente assim como algo perdido se restaura. É por isso que Proust, no episódio da *madeleine*, em *Du côté de chez Swann*, foi quem melhor a descreveu: algo banal, que nenhuma evocação consciente haveria de restaurar, mas que porta os afetos melhor do que qualquer discurso o faria. Segundo, é que essa memória é menos do leitor que do espectador (penso no cinema), ou, por outra, é menos do texto que das sensações prodigadas pelos sentidos – Proust mescla, por exemplo, o paladar e o olfato.

Ora, essa atividade colecionadora dá inúmeras possibilidades a qualquer de nós. Certa vez me dediquei a colecionar, melhor dizendo, a guardar fichas telefônicas – que, antes de serem padronizadas no final da década de 80 pela Telebrás, eram de inúmeros tipos, ostentando não só o nome da concessionária regional como, às vezes, o ano. São possíveis coleções de canetas esferográficas de brinde, tampas de refrigerantes e seus rótulos (que chegaram a existir comemorativos – penso no guaraná com Craveiro Lopes, que então portava o título de presidente de Portugal, à sua visita ao Brasil na década de 50, ou nas latas de colas com motivos da Copa do Mundo ou das Olimpíadas, hoje em dia) etc. O distintivo nesse colecionar o cotidiano, o produzido aos milhões, é que isso parte exatamente do oposto daquilo que seria a memória de si já instituída como grande, digamos, o arquivo presidencial. Parte, essa pulsão de entesourar, do multiplicado, do não único, do não sigiloso. E no entanto ela se justifica porque, primeiro, essa multidão de objetos iguais se destrói, à medida que o colecionado é justamente o efêmero e dele resta pouquíssimo. Uma caneta que outra escapa ao lixo, um selo ou outro. Segundo, porque, apesar de lidar com o não sigiloso, com o mais público ou num certo sentido o mais banal, ela também lida com aquilo que mal percebemos conscientemente e que numa sociedade em rapidíssima mudança é desfeito à mesma velocidade em que se fez: daí que essa banalidade em pouco tempo se converta em raridade, primeiro, por uma escassez produzida (ao contrário da escassez do documento do grande homem, que era escasso *por sua natureza*), segundo, por ter escapado a nossa memória consciente devido a uma característica mesma de nossa memória, o esquecimento, e de nosso tempo, a modificação incessante (ao contrário do documento do notável, que nunca havia estado em nossa memória). Este, pois, o caráter por assim dizer democrático deste colecionismo, que está ao alcance de todos, bastando que nos demos ao trabalho de guardar o que não se guarda, de conservar o que se desfaz... Daí, finalmente, o fascínio elementar de entesourar, mesmo quando a coleção assim gerada demora uma vida para, à medida que seu entorno original some, adquirir um caráter precioso, tornar-se, assim mais tarde, digna de ser memorizada. Porque, afinal, do que andamos tratando é da dignidade de ser, algo, recordado.

Notas

1. Cf. Jean-Pierre Vernant, “A bela morte e o cadáver ultrajado”, *Discurso*, 9 (1978), p. 31-62. O original francês encontra-se em *Entre*

2. *Nunc stans*, ou o presente que fica, que permanece: estou citando a crítica que Hobbes tece aos escolásticos, no cap. XLVI do *Leviatã*: “Quanto ao significado de *eternidade*”, diz Hobbes, os escolásticos “não querem que seja uma infundável sucessão de tempo [...]. Mas dir-nos-ão que a eternidade é a manutenção do presente, o *nunc-stans* (como lhe chamam) que nem eles nem ninguém compreende, tal como não compreenderiam um *hic-stans* [a manutenção do aqui] para uma infinita grandeza de espaço” (p. 394 da tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz N. da Silva, São Paulo, Abril, 1974). Nota-se a convergência, já que a honra

anelada é uma glória conquistada em vida, uma sobrevida obtida pelo homem, com aquele Matraga de Guimarães Rosa que prometia, vestígio de seus tempos de bandoleiro, entrar no céu nem que fosse à força... Curiosamente, a passagem em questão serviu, a Borges, de epígrafe para seu conto “El Aleph”.

3. Cit. e comentado in “El pudor de la historia”, artigo de *Otras inquisiciones* (1952), por sua vez reimpresso in Borges, *Obras completas, 1923-1972*, Buenos Aires, Emecé, p. 754-56.

Palavras-chave:

monumentalização, coleção, “coleção de si”, identidade, arquivos pessoais, atividade memorialística.

(Recebido para publicação em novembro de 1997)